

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 7 – Número 0369-19/08 à 23/08/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Audiência pública reúne sugestões para apoiar decisão do TST sobre contribuição assistencial](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) encerrou, nesta sexta-feira (23), a audiência pública para discutir como e quando pessoas não sindicalizadas podem exercer o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. A audiência, conduzida pelo ministro Caputo Bastos, teve 44 expositores, e as manifestações apresentadas contribuirão para o julgamento de um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000) que orientará as decisões da Justiça do Trabalho sobre o tema.

Segundo o ministro Caputo Bastos, a falta de definição sobre como a recusa pode ser manifestada tem gerado diferentes decisões nos Tribunais Regionais do Trabalho. Dessa forma, caberá ao Pleno do TST fixar uma tese a ser aplicada a todos os casos. “O objetivo da audiência foi estabelecer o diálogo com as entidades sindicais e demais interessados e colher informações que não chegam ao processo, para que tenhamos o contexto mais amplo possível das questões que envolvem a negociação coletiva, seus efeitos e consequências”, explicou. Ele observou que as informações coletadas serão transmitidas, sem juízo de valor, a todos os ministros do TST.

Ao final da audiência, o ministro reforçou que o Tribunal encaminhará o tema, dentro de sua complexidade, com a tranquilidade de que o assunto está maduro para ir a julgamento. “A audiência pública foi altamente produtiva e eficiente, uma experiência fantástica”, afirmou. Ouvimos muitos expositores, tanto empregadores quanto empregados, alguns até com vídeos explicativos, imbuídos nessa ajuda ao TST”.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo valida decreto que desobrigou Brasil de cumprir norma internacional sobre demissão sem justa causa](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/08/2024

O Plenário do Supremo Tribunal Federal confirmou, por unanimidade, a validade do Decreto Presidencial 2100/1996, que retirou o Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho. A convenção cria parâmetros de proteção a trabalhadores nos casos de dispensa sem justa causa e, entre outros pontos, prevê que o empregado tem o direito de saber os motivos da sua demissão. A decisão foi tomada na conclusão do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1625, nesta quinta-feira (22).

[Valores de condenações em ações civis trabalhistas devem ser direcionados a fundos públicos, decide STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/08/2024

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou que valores relativos a condenações em ações civis públicas trabalhistas por danos morais coletivos devem ser direcionados para dois fundos: o Fundo dos Direitos Difusos (FDD) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Os fundos devem dar transparência e rastreabilidade aos valores, e os recursos só podem ser utilizados para programas e projetos destinados à proteção dos direitos dos trabalhadores.

[STF começa a julgar ação sobre proteção de trabalhadores contra automação](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/08/2024

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) começou a julgar, nesta quinta-feira (22), uma ação em que se discute se o Congresso Nacional está sendo omissivo em regulamentar dispositivo constitucional que prevê o direito social de trabalhadores urbanos e rurais à proteção frente à automação. Na sessão de hoje, o ministro Luís Roberto Barroso apresentou o relatório (resumo do que está em discussão) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT), interessada no processo, apresentou seus argumentos. A votação será realizada em outra oportunidade.

[TST sedia curso sobre normas internacionais do trabalho, promovido pela OIT](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 23/08/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) sediará, de 9 a 13 de setembro, em Brasília, o curso “Normas Internacionais do Trabalho (NIT) para Magistrados, Juristas e Docentes em Direito”. A capacitação presencial é promovida pelo Centro Internacional de Treinamento da OIT (ITCILO), em colaboração com o TST, o Departamento de Normas Internacionais do Trabalho da OIT, os Escritórios da OIT para a América Latina e o Caribe e para o Brasil.

[Revista do TST receberá artigos para publicação até 30 de agosto](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/08/2024

A Comissão de Documentação e Memória do Tribunal Superior do Trabalho (TST) seleciona artigos para publicação na Revista do TST referente aos meses de julho a setembro de 2024 (volume 89, número 3). Eles devem tratar de temas de direito do trabalho e o mundo digital e podem ser enviados até 30/8 para o e-mail revista@tst.jus.br. Os artigos devem ser originais e inéditos, com autoria de pessoas com nível de mestrado, doutorado ou pós-doutorado em direito ou áreas afins, e seguir as normas de documentação da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

[Ministro Fabrício Gonçalves toma posse em sessão solene no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/08/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) realizou, nesta quarta-feira (21), a sessão solene de posse do ministro Fabrício Gonçalves. Ele já havia tomado posse administrativa em 2 de julho e, desde o início do semestre, atua na Sexta Turma e na Subse-

ção I Especializada em Dissídios Individuais (SDI-1).

[Justiça do Trabalho realiza 2º Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2024

A Secretaria de Pesquisa Judiciária e Ciência de Dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em parceria com a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), promove, até esta quarta-feira (21), o 2º Congresso de Pesquisa Judiciária, Estatística e Ciência de Dados da Justiça do Trabalho, iniciado na segunda-feira (19).

[TST lança novos produtos sobre jurisprudência trabalhista](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2024

O portal do Tribunal Superior do Trabalho lançou três novos produtos que visam democratizar o acesso ao conhecimento jurídico e às decisões do Tribunal: “[Especializadas em Pauta](#)”, “[Jurisprudência em Destaque](#)” e a nova edição do “[Precedentes Trabalhistas - Índice Temático STF/TST](#)”. Os conteúdos, desenvolvidos pela Secretaria de Gestão de Precedentes (SPR), estão disponíveis na página da [Jurisprudência do TST](#).

[Centrais, confederações e especialistas vão discutir contribuição assistencial no TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/08/2024

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) promoverá nos dias 22 e 23 de agosto uma audiência pública para discutir um tema que afeta milhões de pessoas: o direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial. A iniciativa busca reunir argumentos para que sejam estabelecidos critérios claros e objetivos para que quem não é sindicalizado possa exercer esse direito de forma simples e efetiva. A questão jurídica será apreciada no futuro julgamento de um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000), sob a relatoria do ministro Caputo Bastos, e a tese a ser definida pelo TST deverá orientar as demais decisões da Justiça do Trabalho sobre o tema.

[Analista de TI em trabalho remoto pode entrar com ação no local onde mora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/08/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Americana (SP) deve julgar a ação de um analista de segurança da informação que reside na cidade contra a Desbravador Software Ltda., com sede em Chapecó. Ele prestava serviços na modalidade de teletrabalho remoto e, para o colegiado, não há motivo para que se mude o local da ação escolhido pelo trabalhador, sobretudo por se tratar de trabalho remoto e porque a empresa atua em diversos estados do país.

[Justiça do Trabalho lança diretrizes para julgamentos sob perspectiva das desigualdades](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 19/08/2024

A Justiça do Trabalho lançou, nesta segunda-feira (19), três protocolos de julgamento que orientam a magistratura trabalhista a considerar, em suas decisões, desigualdades históricas e estruturais. Abordando temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, o documento busca incentivar julgamentos sem preconceitos e com atenção às particularidades das partes envolvidas. “Trata-se de instrumentos voltados à superação das desigualdades e de todas as formas de discriminação, incorporando a gramática dos direitos humanos para todas as pessoas”, afirmou o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, na cerimônia de lançamento.

Notícias do Executivo

[Empresas do Rio Grande do Sul podem solicitar revisão de Apoio Financeiro até 30 de agosto](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/08/2024

As empresas do Rio Grande do Sul que tiveram seu pedido de auxílio financeiro negado têm até o dia 30 de agosto para solicitar uma revisão, caso possam comprovar que foram afetadas pela inundação, mesmo estando inicialmente fora da “mancha de inundação” do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), órgão responsável por fornecer a mancha. A medida está prevista na alteração da Portaria nº 991 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que regula o pagamento do Apoio Financeiro destinado a enfrentar as consequências sociais e econômicas decorrentes dos eventos climáticos no estado.

[Ministério do Trabalho e Emprego promove eventos no Espírito Santo para debater oportunidades e desafios da negociação coletiva](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/08/2024

Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Superintendência Regional do Trabalho no Espírito Santo (SRTE/ES), realiza na próxima semana dois eventos para discutir as oportunidades e os desafios da negociação coletiva. Os eventos ocorrem nos dias 26 e 30 de agosto, no auditório do Hotel Senac Ilha do Boi, em Vitória, com a participação de representantes do MTE e entidades sindicais dos trabalhadores e empregadores. O primeiro encontro ocorrerá na segunda-feira, dia 26 de agosto, com um painel voltado para entidades sindicais de trabalhadores. Na sexta-feira, dia 30 de agosto, acontecerá o painel voltado para as entidades sindicais dos empregadores.

[Mais de 10.500 empresas já entregaram o 2º Relatório de Transparência Salarial](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/08/2024

O prazo para as empresas com 100 ou mais trabalhadores entregarem o Relatório de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios está chegando ao fim. As empresas têm até o dia 31 de agosto para enviar o documento pelo Portal Emprega Brasil, em conformidade com a Lei de Igualdade Salarial. Até o momento, mais de 10.500 empresas já entregaram o documento.

[Codefat aprova execução do Sine por entidades da sociedade civil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/08/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, presidiu nesta quarta-feira (21), a 176ª reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), colegiado tripartite, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo, que atua como gestor dos recursos do FAT. Os conselheiros aprovaram na reunião, uma proposta que amplia a capilaridade do sistema Sine, possibilitando sua execução por entidades da sociedade civil, como centrais sindicais, sindicatos e organizações.

[Seminário internacional sobre desenvolvimento e trabalho reúne especialistas e lideranças no Rio de Janeiro](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/08/2024

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) realizará na próxima segunda-feira, 26, em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), centrais sindicais (CUT, UGT, FS, CTB, NSCT, CSB) e Fundação Friedrich Ebert (FES), o seminário Desenvolvimento e Mundo do Trabalho – Desafios para Políticas Públicas e Negociações Coletivas, no Rio de Janeiro. Participam da abertura o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o presidente do Banco, Aloizio Mercadante, e o representante da Fundação Friedrich Ebert no Brasil, Christoph Heuser.

[Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Espírito Santo Realiza Workshop “Entidades Sindicais e Instrumentos Coletivos de Trabalho”](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 21/08/2024

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Espírito Santo (SRTE/ES) promoveu no dia 20 de agosto o Workshop “Entidades Sindicais e Instrumentos Coletivos de Trabalho”, voltado para discutir as novas diretrizes e melhorias no sistema de registro de instrumentos coletivos de trabalho. O evento reuniu representantes de entidades sindicais, laborais e patronais para abordar temas fundamentais à legislação e procedimentos vigentes.

[Carlos Lupi realça impacto da estruturação do INSS e Perícia Médica na redução dos prazos previdenciários](#)

Ministério da Previdência Social - 22/08/2024

Na visita à Gerência-Executiva do INSS em Campo Grande (MS), nesta quinta-feira (22), o ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, realçou o impacto da estruturação dos serviços da autarquia federal e da Perícia Médica Federal (PMF) na redução do Tempo Médio de Concessão (TMC) de benefícios. Na capital sul-mato-grossense, a efetivação de demandas, como aposentadoria, pensão, auxílio por incapacidade temporária e Benefício de Prestação Continuada (BPC), está ocorrendo em até 35 dias. Em nível nacional, o prazo do TMC está em 36 dias, abaixo do prazo legal, que é de 45 dias.

[Conselho aprova proposta orçamentária do Ministério e do INSS para 2025](#)

Ministério da Previdência Social - 22/08/2024

O Conselho Nacional de Previdência Social aprovou, por unanimidade, nesta quarta-feira (21), em Brasília, resolução com os limites da Proposta Orçamentária da Previdência Social para o exercício de 2025. São valores relativos às despesas obrigatórias do Fundo do Regime Geral de Previdência Social e aos limites estabelecidos para as despesas discricionárias, a serem enviadas à Secretaria de Orçamento Federal, do Ministério do Planejamento e Orçamento. As despesas discricionárias foram aprovadas no valor de R\$ 1,9 bilhão para o INSS e R\$ 188,4 milhões, para o Ministério da Previdência Social (sem prejuízo de tratativas para suplementação no decorrer do próximo ano).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT participa da Conferência Internacional de Boas Práticas no Combate ao Trabalho Escravo](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/08/2024

Terminou na última quarta-feira (21) a Conferência Internacional de Boas Práticas no Combate ao Trabalho Escravo – Programa Trabalho Justo, promovida pela ABA-ROLLI (American Bar Association Rule of Law Initiative) e a Fundação Pan-Americana para o Desenvolvimento (PADF). O evento foi realizado nos dias 20 e 21 de agosto, em Belém, e contou com a participação de diversas instituições, entre elas o Ministério Público do Trabalho (MPT).

[MPT-SE participa de Workshop sobre Inclusão Produtiva para Pessoas com Deficiência em Sergipe](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/08/2024

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho foi discutida durante um evento realizado nesta quarta-feira (21), na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), em Aracaju. Com participação de entidades ligadas ao setor produtivo e instituições ligadas à proteção e garantia de direitos das pessoas com deficiência, o workshop abordou questões relacionadas à inclusão produtiva e o capacitismo.

[MPT-PR promove novos encontros sobre assédio eleitoral em Foz do Iguaçu, Maringá e Ponta Grossa](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/08/2024

O Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) promoverá, em setembro, mais três encontros para esclarecimentos e discussões sobre a prática de assédio eleitoral. Os eventos serão realizados em Foz do Iguaçu (10/09), Maringá (18/09) e Ponta Grossa (24/09). O primeiro encontro deste tipo aconteceu em Londrina, no início de agosto. Confira as datas e locais abaixo.

[Abertas as inscrições para o Seminário Nacional da Aprendizagem](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/08/2024

Estão abertas as inscrições para o Seminário Nacional da Aprendizagem Profissional, que acontece no dia 10 de setembro. A iniciativa é realizada em conjunto pelo Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego e Justiça do Trabalho. O objetivo é abordar ações e iniciativas das instituições em favor da aprendizagem profissional, boas práticas e desafios para a sua implementação, além da aprendizagem profissional na Administração Pública.

[Seminário discute propaganda e assédio eleitoral no ambiente de trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/08/2024

Será realizado na próxima sexta-feira (23/8), no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RS, Rua Duque de Caxias, 350, Centro Histórico), o seminário Limites da Propaganda Eleitoral e o Assédio Eleitoral no Ambiente de Trabalho. O evento ocorre das 14h às 17h, e é uma ação conjunta do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS), da Escola Judiciária Eleitoral do Rio Grande do Sul (EJE-RS) e da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Ejud-4).

[Cartilha orienta como prevenir e combater assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/08/2024

Entre os instrumentos que integram a campanha “O voto é seu e tem a sua identidade”, lançada na terça-feira (20.8) pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), está a cartilha “[Assédio Eleitoral no Trabalho](#)” (link). Além de conter orientação para combater a prática ilícita, o documento apresenta a legislação que envolve o tema, detalha as maneiras como trabalhadores podem ser pressionados, as condutas que podem caracterizá-lo e os procedimentos para comprovar e denunciar a ocorrência de assédio eleitoral.

[O voto é seu e tem a sua identidade](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/08/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT) lançou, nesta terça-feira (20/8), a campanha de combate ao assédio eleitoral: “O voto é seu e tem a sua identidade”. O órgão trabalha na prevenção da ilegalidade e visa conscientizar a sociedade sobre os prejuízos do assédio eleitoral, tanto no ambiente de trabalho, como para o Estado Democrático de Direito. A campanha, iniciada no perfil do MPT (@mptrabalho) no Instagram, contará com peças para internet, TV, rádio, além de um documentário sobre o tema. O conteúdo reforça que nenhum empregador pode definir ou influenciar o trabalhador a votar em seu candidato de preferência e que ameaças de demissões, promessas de vantagens e benefícios ou qualquer outro ato que constranja e que se valha do poder diretivo para desequilibrar as eleições, será combatido firmemente.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Em audiência no TST, SINAIT diz que direito de oposição à contribuição assistencial deve ser decidido em assembleia](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 23/08/2024

O presidente do SINAIT, Bob Machado, defendeu que o exercício do direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial seja decidido em assembleia, em ambiente protegido pela coletividade de trabalhadores. A defesa foi durante audiência pública no Tribunal Superior do Trabalho (TST), nesta sexta-feira, 23 de agosto. O tema será apreciado no futuro julgamento de um incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR-1000154-39.2024.5.00.0000), sob a relatoria do ministro Guilherme Augusto Caputo Bastos, e a tese a ser definida pelo TST deverá orientar as demais decisões da Justiça do Trabalho sobre o assunto.

Outras Notícias

[Procuração nos autos principais sustenta representação na execução, reafirma TST](#)

Consultor Jurídico - 24/08/2024

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho consolidou o entendimento de que uma procuração constante nos autos principais de um processo confere poderes ao procurador também para apresentar recurso em sede de execução provisória. Com esse entendimento, o ministro Breno Medeiros, do TST, afastou a irregularidade na representação de uma empresa em uma ação, anulando uma decisão anterior do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (Grande São Paulo e litoral paulista).

[Lei Maria da Penha e seus reflexos no trabalho da mulher](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2024

A lei estabeleceu medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica que podem repercutir no âmbito das relações do trabalho. O inciso II, do § 2º, do artigo 9º da Lei Maria da Penha, por exemplo, garantiu à mulher vítima de violência doméstica o direito de não ser dispensada quando for necessário o seu afastamento do local de trabalho, por até seis meses.

[Fazendeiro não é responsável por assassinato ocorrido em sua fazenda](#)

Consultor Jurídico - 23/08/2024

Com o entendimento de que o crime não teve relação com o trabalho, nem com as funções desempenhadas pela vítima e pelo assassino, a 8ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que um produtor rural de Porto Alegre do Norte (MT) não deve ser responsabilizado pela morte de um mecânico agrícola que foi assassinado

pelo gerente na sede da fazenda. Até então, o caso vinha sendo tratado como acidente de trabalho.

[Prescrição em casos de acidente de trabalho e produção antecipada de provas](#)

Consultor Jurídico - 22/08/2024

A prescrição é um instituto jurídico fundamental que estabelece o prazo máximo para que o direito de ação seja exercido. Ensina Sebastião Geraldo de Oliveira que “o ordenamento jurídico assegura ao lesado a faculdade de se insurgir contra a violação do seu direito e propor judicialmente sua pretensão de ressarcimento dos danos sofridos”. Diz ainda que: “o exercício desta pretensão deverá ser feito dentro de determinado prazo fixado em lei, findo o qual ocorrerá a prescrição”.

[O papel dos sindicatos pós-reforma trabalhista: desafios e perspectivas](#)

Consultor Jurídico - 21/08/2024

A reforma trabalhista de 2017, aprovada pela Lei nº 13.467 de 2017, trouxe significativas mudanças nas relações de trabalho no Brasil, impactando de forma substancial a atuação dos sindicatos. Uma das principais modificações foi o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, o que resultou na drástica redução de recursos para essas entidades, comprometendo sua capacidade de mobilização e negociação em prol dos trabalhadores. Essa reforma gerou profundas repercussões para a defesa dos direitos sociais no país.

[Aplicação de teste de Covid-19 dá direito a adicional de insalubridade](#)

Consultor Jurídico - 21/08/2024

O fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) apenas minimiza a exposição dos trabalhadores a agentes biológicos — ou seja, o simples uso de EPIs não é capaz de neutralizar totalmente a ação dos agentes e a condição nociva à saúde dos empregados. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho decidiu, nesta quarta-feira (21/8), pela garantia de adicional de insalubridade em grau médio (de 20%) a empregados que aplicavam testes rápidos de detecção de Covid-19 em uma rede de farmácias.

[Aposentado por invalidez com contrato suspenso não pode ser demitido](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2024

Uma decisão do juiz João Paulo Gabriel de Castro Dourado, da 36ª Vara do Trabalho de São Paulo, confirmou liminar que tornou nula a dispensa de empregado com contrato de trabalho suspenso em razão de aposentadoria por invalidez. O empregador foi obrigado a manter a reintegração do trabalhador, assim como seguir oferecendo plano de saúde no modelo anterior ao do desligamento.

[Empregado em trabalho remoto pode entrar com ação no local onde mora](#)

Consultor Jurídico - 20/08/2024

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho decidiu que o juízo da 2ª Vara do Trabalho de Americana (SP) deve julgar a ação de um analista de segurança da informação que reside na cidade contra uma empresa com sede em Chapecó (SC). Ele prestava serviços na modalidade de trabalho remoto e, para o colegiado, não há motivo para que se mude o local da ação escolhido pelo trabalhador, sobretudo pela modalidade de trabalho e porque a companhia atua em diversos estados.

[Como as eleições podem impactar nas relações de trabalho?](#)

Consultor Jurídico - 19/08/2024

O artigo 25 da Lei 7.664/88 traz a possibilidade do afastamento de servidores públicos para concorrerem a cargos eletivos durante o lapso entre o registro de sua candidatura na Justiça Eleitoral e o dia seguinte à eleição, mediante simples comunicado de afastamento, para promoção de sua campanha eleitoral. Este direito estende-se, por analogia, a trabalhadores da iniciativa privada, ficando os empregadores desobrigados ao pagamento da remuneração relativa ao período.

[Operador de máquinas receberá adicional por exposição a vibração excessiva](#)

Migalhas - 25/08/2024

Empresa sediada em Cariacica, Espírito Santo, foi condenada ao pagamento de adicional de insalubridade a um operador de máquinas pesadas, por exposição do tra-

balhador a níveis excessivos de vibrações durante sua jornada laboral. Condenação é da 2ª turma do TST, que rejeitou o recurso apresentado pela empresa.

[Ajudante mente sobre vínculo empregatício e é condenado por má-fé](#)

Migalhas - 24/08/2024

A juíza do Dalila Soares Silveira Peixoto, da 7ª vara do Trabalho de Duque de Caxias/RJ, condenou por má-fé um trabalhador que buscava o reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento de verbas trabalhistas. Segundo a magistrada, foram constadadas inconsistências e contradições nos depoimentos e nos fatos apresentados, além de suspeitas de manipulação dos fatos para obter vantagens financeiras.

[Jornada 4x3? Advogada analisa modelo de trabalho em pauta no Senado](#)

Migalhas - 23/08/2024

A possibilidade de uma jornada de trabalho mais curta, com menos dias ou horas de trabalho por semana, já é uma realidade em alguns países e já está sendo discutida - e implementada em alguns lugares - novamente pelo Senado brasileiro. Atualmente, três propostas estão em debate, todas visando melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e equilibrar as demandas profissionais com necessidades essenciais de descanso, lazer e estudo.

[STF fixa que presidente só pode denunciar tratado com aval do Congresso](#)

Migalhas - 22/08/2024

Em sessão plenária nesta quinta-feira, 22, STF proclamou resultado de julgamento virtual, no qual a maioria dos ministros considerou válido decreto presidencial de 2003 que retirou o Brasil da convenção 158 da OIT - Organização Internacional do Trabalho, a qual proibia a demissão sem justa causa. No plenário virtual, prevaleceu o entendimento de que a denúncia de tratados internacionais pelo Presidente da República deve contar com a anuência do Congresso Nacional. Contudo, os pares mantiveram a validade das denúncias realizadas antes do marco temporal estabelecido.

[TRT-15 reconhece rescisão indireta de trabalhadora vítima de assédio](#)

Migalhas - 22/08/2024

A 11ª câmara do TRT da 15ª região decidiu em favor de uma trabalhadora que solicitou a alteração de seu pedido de demissão para rescisão indireta. O colegiado reconheceu, de forma unânime, que as práticas recorrentes de assédio sexual por parte de seu superior hierárquico motivaram a decisão da trabalhadora de pedir o término de seu contrato com a empresa de call center.

[Ministro do TST apresenta anteprojeto do Código de Processo do Trabalho](#)

Migalhas - 21/08/2024

O ministro do TST e presidente da ABDT - Associação Brasileira de Direito do Trabalho, Alexandre Agra Belmonte, apresentou nesta terça-feira, 20/8, o anteprojeto do CPT - Código de Processo do Trabalho ao presidente nacional da OAB, Beto Simonetti, durante um encontro no prédio histórico da Ordem. O objetivo é obter o apoio da OAB para defender a matéria no Senado Federal.

[Funcionário obrigado a manter câmera ligada durante home office será indenizado](#)

Migalhas - 21/08/2024

Loja de departamentos de móveis em Curitiba/PR deve pagar indenização de R\$ 3.430 por danos morais a um funcionário que trabalhava em regime de 'home office' por exigir que ele mantivesse a câmera do computador ligada durante todo o expediente. A 3ª turma do TRT da 9ª região entendeu que essa exigência violou a privacidade do empregado, pois além de expor o interior de sua residência, impôs o constrangimento de trabalhar com a câmera constantemente apontada para o rosto.

[Segue para a Câmara transição para fim da desoneração da folha](#)

Migalhas - 21/08/2024

O plenário do Senado aprovou, nesta terça-feira, 20, substitutivo apresentado pelo senador Jaques Wagner ao projeto que regulamenta o regime de transição para a reoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O PL 1.847/24 é resultado de um acordo entre o Poder Executivo e o Congresso, relacionado à lei

14.784/23, que prorrogou a desoneração até o final de 2027. A proposta agora será analisada pela Câmara dos Deputados.

[TST anula quitação de contrato de vendedor que aderiu à demissão voluntária](#)

Migalhas - 20/08/2024

3ª turma do TST determinou que a adesão de um vendedor externo ao PDV - Programa de Desligamento Voluntário oferecido por uma telefônica não assegura a quitação integral de todas as suas obrigações trabalhistas. A decisão teve como base a negociação coletiva que originou o programa, a qual, segundo o colegiado, não contemplava tal possibilidade, tornando a previsão inválida.

[Para presidente do TST, reforma trabalhista não entregou o prometido](#)

Migalhas - 20/08/2024

Em entrevista concedida durante o lançamento dos Protocolos para Atuação e Julgamento na Justiça do Trabalho, o presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, afirmou que a reforma trabalhista de 2017 não priorizou a resolução das disputas laborais e deixou de entregar os resultados prometidos. O ministro também comentou a atual relação entre a Corte trabalhista e o STF, e destacou a importância da tecnologia nos tribunais nacionais.

[Justiça do Trabalho cria protocolos para julgamentos antidiscriminatórios](#)

Migalhas - 20/08/2024

Nesta segunda-feira, 21, a Justiça do Trabalho lançou três protocolos de julgamento que orientam a magistratura trabalhista a considerar, em suas decisões, desigualdades históricas e estruturais existentes na realidade brasileira. Abordando temas como diversidade, inclusão, combate ao trabalho escravo contemporâneo e ao trabalho infantil, os documentos buscam incentivar julgamentos isentos de preconceitos e atentos às particularidades das partes envolvidas.

[MTE publica documento prevendo nova regulamentação do anexo na NR 16 sobre periculosidade aos motociclistas](#)

Revista Proteção - 20/08/2024

A SIT (Secretaria de Inspeção do Trabalho) divulgou nos últimos dias a AIR (Análise de Impacto Regulatório) do Anexo 5 (Atividades Perigosas em Motocicletas) da NR 16 (Atividades e Operações Perigosas). O tema, que foi incluído na agenda regulatória deste ano, é motivo de divergências desde que o anexo foi inserido na NR 16, em 2014. As discussões sobre o Anexo 5 da NR 16 voltam à pauta da CTPP na próxima reunião da Comissão, marcada para os dias 15 e 16 de outubro.

[Ministério da Saúde publica portaria com novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória](#)

Revista Proteção - 19/08/2024

Foi publicada nesta segunda-feira, 19, no DOU (Diário Oficial da União) a [Portaria 5.201, de 15 de agosto de 2024](#), do Ministério da Saúde. A publicação é assinada pela ministra da Saúde, Nísia Trindade. Já em vigor, inclui novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional. Assim, altera o anexo 1 do Anexo V da Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017. Além disso, a nova portaria modifica o anexo XLIII da Portaria MS nº 5, de 28 de setembro de 2017. E então revoga o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela.

Atos Normativos

[PORTARIA MTE Nº 1.389, DE 16 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 19/08/2024 Seção I Pág. 203) - Altera a Portaria MTE nº 991, de 19 de junho de 2024, que disciplina procedimentos e critérios operacionais relativos ao pagamento do Apoio Financeiro instituído com o objetivo de enfrentar a calamidade pública e as suas consequências sociais e econômicas decorrentes de eventos climáticos no Estado do Rio Grande do Sul, destinado aos trabalhadores com vínculo formal de emprego;

[PORTARIA GM/MS Nº 5.201, DE 15 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 19/08/2024 Seção I Pág. 127) - Altera o Anexo I do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos em de saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para revogar o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos a serem monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela;

[DECRETO Nº 12.150, DE 20 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 21/08/2024 Seção I Pág. 02) - Institui, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória;

[PORTARIA CONJUNTA MPS/INSS Nº 25, DE 16 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 21/08/2024 Seção I Pág. 86) - Prorroga o prazo estabelecido na Portaria Conjunta MPS/INSS nº 17, de 25 de junho de 2024, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados no âmbito do Ministério da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social e do Conselho de Recursos de Previdência Social, em razão do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública e da Situação de Emergência no Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências;

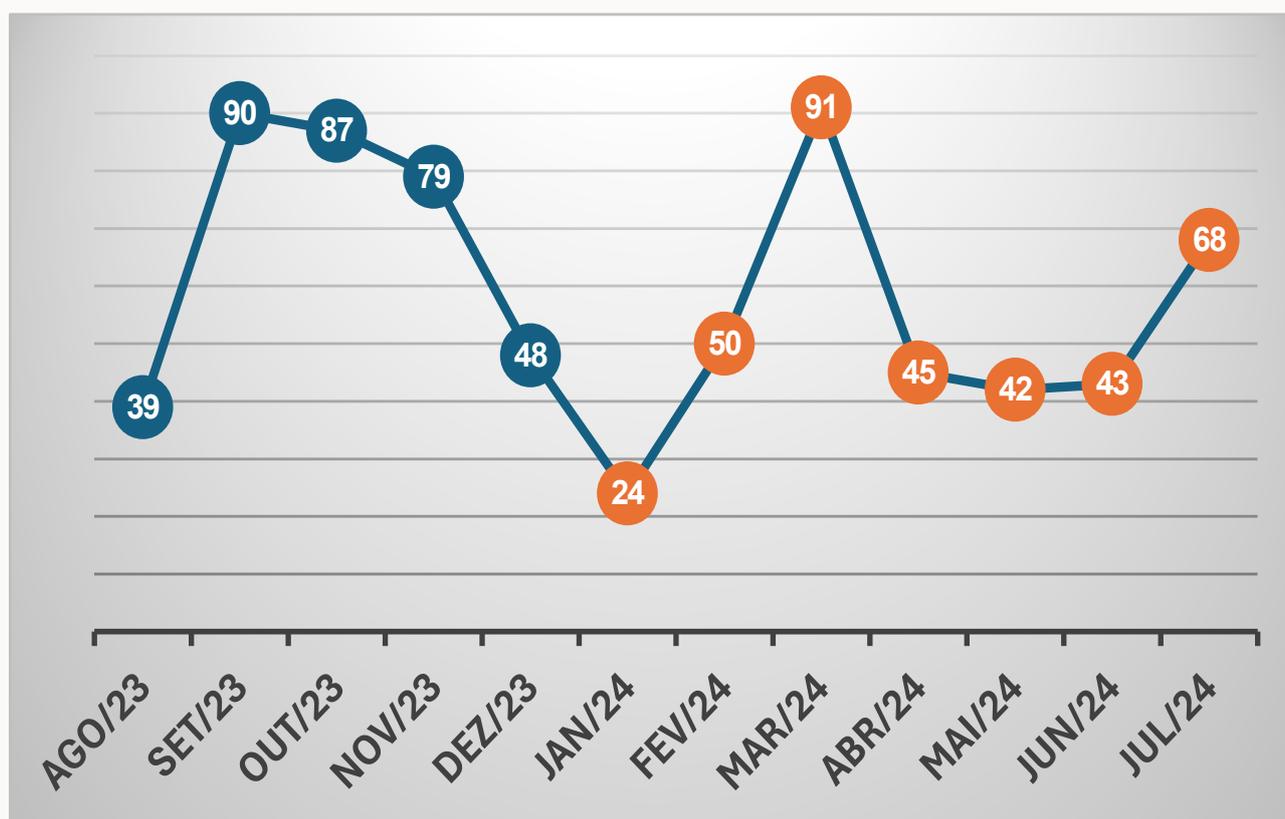
[RESOLUÇÃO N° 743, DE 14 DE MARÇO DE 2024](#) (DOU de 23/08/2024 Seção I Pág. 137)
- Dispõe sobre a estrutura, composição e atribuições da Comissão Organizadora da 5ª Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e das Trabalhadoras;

[RESOLUÇÃO CODEFAT/MTE N° 1.008, DE 21 DE AGOSTO DE 2024](#) (DOU de 23/08/2024 Seção I Pág. 176) - Estabelece critérios e diretrizes para instituição do Projeto Piloto Sine - Sociedade Civil, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego – Sine.

RADAR TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 24 (NR 24) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos 12 meses:



Fonte: Rada SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula